

O Estado e a crise

As dificuldades causadas pela crise financeira internacional e os efeitos da recessão económica global têm levantado o tema da necessidade da aplicação, por parte dos governos de todo o Mundo, das chamadas políticas económicas keynesianas, em que existe um forte peso da intervenção do Estado. Tais políticas implicam que o Estado impulsione activamente a procura, aumentando a despesa, a fim de evitar uma espiral descendente de redução da procura, queda do investimento e previsível aumento do desemprego.

Mas a política económica keynesiana não provou já ser ineficaz e até mesmo prejudicial? Os pacotes de estímulo económico não demonstraram já serem apenas um forma simples para aumentar a dívida pública sem quaisquer efeitos práticos?

No entanto, a ideia de políticas económicas estimuladas pelo lado da procura não podem, neste momento, ser postas pura e simplesmente de parte. Ora, isto não é o mesmo que dizer que se deva regressar às políticas económicas falhadas da década de setenta em que grande parte dos estados intervinha na economia através daquilo que se pode denominar “fine tuning”. Estas tentativas eram baseadas em modelos demasiados simplistas da economia e apresentavam na ilusão de que o Estado pode sempre influenciar determinadas áreas da

actividade económica, desde que “pressionie os botões correctos”.

No entanto, a Economia não é uma máquina. As intervenções dos Estados dão origem a reacções que não são facilmente previsíveis, pois os agentes económicos são racionais e activos. Os Estados não podem, por exemplo, aumentar a dívida ou a despesa pública sem que os indivíduos ou as empresas deixem de esperar aumentos futuros da carga fiscal. Reacções como a redução do consumo ou do investimento em antecipação de aumentos futuros de impostos podem, em larga medida, anular o efeito da intervenção estatal ou mesmo dar origem ao efeito oposto.

Tentativas de controlar o ciclo económico já falharam no passado, já que os Estados nem sempre estão numa posição privilegiada para pressionar as teclas correctas no momento adequado.

Para além disso, nem sempre há a garantia de que as intervenções estatais são implementadas no tempo e velocidades certas, dado o facto de o Estado não ser omnisciente nem saber sempre quais as necessidades que têm que ser supridas.

Finalmente, não é raro que, dado o peso e dimensão que caracteriza as instituições públicas, medidas que se querem com carácter contracíclico se transformem frequentemente em medidas de carácter pró-cíclico.